


**ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.**  
 CNPJ 74.267.170/0001-73

 www.icatuseguros.com.br  
 Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares  
 Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

**Relatório da Administração**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Senhores acionistas,**
**1. Contexto geral**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da **Icatu Capitalização S.A.** (Companhia), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas e dos relatórios dos auditores independentes.

Nessas Demonstrações, a Icatu Capitalização S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas.

**2. Aumento de capital – Evento subsequente**

Em 31 de janeiro de 2023, a controladora fez um aumento de capital na Companhia, no valor de R\$ 10.000, em dinheiro.

**3. Desempenho das operações de capitalização**

Durante o ano de 2022, a arrecadação da Companhia foi de R\$ 1.793.624 (R\$ 1.693.940 em 2021), representando um aumento de 5,88% na arrecadação. As receitas líquidas da Companhia foram de R\$ 348.039 (R\$ 317.111 em 2021). O resultado de sorteios representa R\$ 81.816 (R\$ 69.815 em 2021), aumento de 17,19% e o custo de aquisição foi de R\$ 139.557 (R\$ 106.029 em 2021), representando 7,78% da arrecadação (6,26% no ano anterior).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 2.789.722 (R\$ 2.581.467 em 2021), representando um aumento de 8,07% no ano. O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2022, atingiu o montante de R\$ 239.600 (R\$ 205.594 em 2021), representando um aumento de 16,54% no ano.

**4. Despesas administrativas**

Durante o ano de 2022, as despesas administrativas ocorridas foram de R\$ 188.823 (R\$ 178.868 em 2021), representando um aumento de 5,57% no ano, principalmente, em função de investimentos em projetos importantes de inovação, como a implantação de um novo sistema financeiro integrado, o Sistema de Registro Operacional (SRO), o Open Insurance, entre outros. No entanto, essas despesas foram de 10,53% e 10,56% da arrecadação, respectivamente.

**5. Resultado financeiro e solvência**

As receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, no ano de 2022 foram de R\$ 131.574 (R\$ 79.833 em 2021) representando um expressivo

aumento de 64,81%, principalmente pelo aumento da taxa SELIC no ano. A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e todas as suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 105.105, no ano de 2022, representando 127% de suficiência de capital.

**6. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual**

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social. A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Lucro Líquido no ano</b>	<b>28.923</b>	<b>25.254</b>
Compensação de prejuízos	–	(14.229)
<b>Lucro do ano após compensações</b>	<b>28.923</b>	<b>11.025</b>
Constituição de reserva legal	(1.446)	(551)
<b>Base para distribuição de dividendos</b>	<b>27.477</b>	<b>10.474</b>
Dividendo mínimo obrigatório	6.868	2.618
<b>Constituição de reserva especial de dividendos</b>	<b>6.868</b>	<b>10.474</b>
Constituição de reserva estatutária	20.609	–

Na Assembleia Geral Ordinária que ocorrerá em março de 2023, os acionistas irão formalizar a decisão de acionar o Artigo 202, parágrafos 4º e 5º da Lei 6.404 de 1976, para constituírem uma reserva especial de lucros com a retenção de R\$ 6.869 de dividendos obrigatórios de 2022. Essa retenção tem o objetivo de manter a liquidez e a solvência da Companhia no patamar que a administração entende ser o ideal.

Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa é possível verificar que não houve, respectivamente, destinação e nem pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio nos anos de 2021 e 2022.

**7. ASG – Ambiental, Social e Governança**

Em 27 de junho de 2022, foi emitida a Circular SUSEP nº 666, que passou a valer a partir de 01 de agosto de 2022, com prazos diferenciados de adequação que vão de 28 de fevereiro de 2023 a 30 de junho de 2025 para o segmento que a Companhia está inserida. O processo de adequação da Companhia foi iniciado e no momento está sendo validada a minuta

da Política de Sustentabilidade, além da finalização do diagnóstico e do acompanhamento das exigências regulatórias que serão cumpridas dentro dos prazos estipulados.

Durante o ano de 2022, a contribuição da Companhia retornou à sociedade, R\$ 113.973 (R\$ 104.595 em 2021) em verbas salariais aos colaboradores, R\$ 20.782 (R\$ 18.481 em 2021) pagos à serviços terceirizados, R\$ 17.329 (R\$ 16.274 em 2021) em tributos indiretos, R\$ 3.828 (R\$ 20.501 em 2021) em tributos diretos.

O trabalho da Companhia com vistas para o capital humano proporcionou ao Grupo Icatu figurar pela oitava vez consecutiva, como uma das melhores empresas para trabalhar com sede no Rio de Janeiro, pelo Ranking Great Place to Work (GPTW) 2022, além de ter recebido o prêmio Destaque Saúde Emocional.

Foi eleita pela quarta vez consecutiva como a melhor empresa em satisfação do cliente no segmento de seguros de vida, previdência e capitalização de acordo com o Ranking 2022 do Instituto MESC, especialistas em gestão da satisfação do cliente, o levantamento recebeu mais de 30 mil opiniões de clientes nesse segmento.

Adicionalmente, foi eleita uma das 5 empresas mais inovadoras no segmento de Seguros e Planos de Saúde do Brasil, pelo ranking Valor Inovação Brasil 2022.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais, a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. O Grupo Icatu possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

**8. Auditores independentes**

A KPMG Auditores Independente Ltda. presta serviços de auditoria contábil e atuarial externa à Companhia, relacionados aos exames de suas Demonstrações.

**9. Agradecimentos**

A Icatu Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos seus funcionários, parceiros e corretores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023.

A Administração

**Balancos patrimoniais para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO	31/12/2022	31/12/2021
<b>CIRCULANTE</b>	<b>2.304.507</b>	<b>1.864.651</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>2.490.185</b>	<b>2.319.849</b>
Disponível	10.694	13.474	Contas a pagar	45.925	38.562
Caixa e bancos	3.025	2.969	Obrigações a pagar	Nota 12	25.282
Equivalente de caixa	Nota 5	7.669	Impostos e encargos sociais a recolher		4.637
Aplicações	Nota 5	2.221.725	Encargos trabalhistas	Nota 13	13.487
<b>Créditos das operações de capitalização</b>	<b>7.299</b>	<b>6.115</b>	Impostos e contribuições		2.519
Outros créditos operacionais	Nota 6	6.906	Outras contas a pagar		–
Títulos e créditos a receber		25.779	<b>Débitos de operações com capitalização</b>	<b>Nota 14</b>	<b>14.951</b>
Títulos e créditos a receber	Nota 7	2.907	Depósitos de terceiros	Nota 15	3.250
Créditos tributários e previdenciários	Nota 8.1	21.896	<b>Provisões técnicas – capitalização</b>	<b>Nota 16</b>	<b>2.425.236</b>
Outros créditos		976	Provisão para resgates		2.225.466
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>526</b>	<b>183</b>	Provisão para sorteio		165.636
Custos de aquisição diferidos	Nota 9	31.578	Provisão para despesas administrativas		6.543
Capitalização		31.578	Provisão para bônus		27.591
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>485.215</b>	<b>716.816</b>	<b>Outros débitos</b>	<b>Nota 10</b>	<b>823</b>
Realizável a longo prazo		442.735	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>59.937</b>	<b>56.024</b>
Aplicações	Nota 5	354.478	Contas a pagar		53.003
Títulos e créditos a receber		84.441	Obrigações a pagar	Nota 12	10.090
Créditos tributários e previdenciários	Nota 8.2	29.655	Outras contas a pagar - obrigações fiscais	Nota 18.2	42.913
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 18.3	54.786	<b>Outros débitos</b>		<b>3.969</b>
Outros valores e bens	Nota 10	3.762	Provisões judiciais	Nota 18.1	3.969
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>54</b>	<b>–</b>	Débitos diversos	Nota 10	2.965
Imobilizado		95	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota 19</b>	<b>239.600</b>
Intangível	Nota 11	42.385	Capital social		201.484
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.789.722</b>	<b>2.581.467</b>	Reservas de lucros		39.948
			Ajustes de avaliação patrimonial		(1.832)
			<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.789.722</b>	<b>2.581.467</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

**Demonstrações dos resultados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2022	31/12/2021
Arrecadação com títulos de capitalização	1.793.624	1.693.940
Variação da provisão para resgate	(1.445.585)	(1.376.829)
<b>Receitas líquidas com títulos de capitalização</b>	<b>Nota 23.1</b>	<b>348.039</b>
Receitas líquidas com títulos de capitalização		317.111
Variações das provisões técnicas	(3.470)	2.618
Resultado com sorteio	Nota 23.2	(81.816)
Custo de aquisição	Nota 23.3	(139.557)
Outras receitas e despesas operacionais	Nota 23.4	17.143
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO</b>	<b>140.339</b>	<b>165.027</b>
Despesas administrativas	Nota 23.5	(188.823)
Despesas com tributos	Nota 23.6	(22.950)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>Nota 23.7</b>	<b>131.574</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>60.140</b>	<b>43.805</b>
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	–	71
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>60.140</b>	<b>43.876</b>
Imposto de renda	Nota 24	1.198
Contribuição social	Nota 24	(5.026)
Participações sobre o lucro	Nota 3.9	(27.389)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>28.923</b>	<b>25.254</b>
Quantidade de Ações	800.894.586	790.894.586
<b>Lucro líquido do exercício por ação - R\$</b>	<b>0,04</b>	<b>0,03</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

**Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Em milhares de reais, exceto o lucro/(prejuízo) líquido)

	31/12/2022	31/12/2021
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>28.923</b>	<b>25.254</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda	(4.917)	2.323
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(8.194)	3.873
Imposto sobre o ganho/(perda) originado(a) no período	3.277	(1.550)
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>24.006</b>	<b>27.577</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva especial para dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros / prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>166.484</b>	<b>17.297</b>	<b>832</b>	<b>–</b>	<b>762</b>	<b>(32.358)</b>	<b>153.017</b>
Aumento de capital aprovado em AGE em 28/10/21 - Portaria SUSEP/CGRAJ nº 577, de 03/01/2022	25.000	–	–	–	–	–	25.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	–	–	–	–	2.323	–	2.323
Compensação de prejuízos acumulados com reserva legal	–	(17.297)	–	–	–	17.297	–
Compensação de prejuízos acumulados com reserva estatutária	–	–	(832)	–	–	832	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	25.254	25.254
<b>Destinação do lucro líquido</b>							
Constituição reserva legal	–	551	–	–	–	(551)	–
Constituição reserva especial para dividendos	–	–	–	10.474	–	(10.474)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>191.484</b>	<b>551</b>	<b>–</b>	<b>10.474</b>	<b>3.085</b>	<b>–</b>	<b>205.594</b>
Aumento de capital aprovado em AGE em 27/06/22 - Portaria SUSEP/CGRAJ nº 1.067	10.000	–	–	–	–	–	10.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	–	–	–	–	(4.917)	–	(4.917)
Transferência entre reservas de lucros	–	–	7.854	(7.854)	–	–	–
<b>Destinação do lucro líquido</b>							
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	28.923	28.923
Constituição reserva legal	–	1.446	–	–	–	(1.446)	–
Constituição reserva estatutária	–	–	20.609	–	–	(20.609)	–
Constituição reserva especial para dividendos	–	–	–	6.868	–	(6.868)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>201.484</b>	<b>1.997</b>	<b>28.463</b>	<b>9.488</b>	<b>(1.832)</b>	<b>–</b>	<b>239.600</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.



**ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.**  
CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br  
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares  
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

**Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**

A Icatu Capitalização S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no *Aqwa Corporate* à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º aos 21º andares, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as unidades da federação e que tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras são individuais e a Icatu Capitalização S.A. é aqui tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Icatu" ou "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Companhia e suas controladas.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A. (Icatu Seguros) que é controlada em última instância pelo Grupo Icatu representado pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda.

**2. Base de preparação e divulgação**

As demonstrações financeiras (Demonstrações) foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas Companhias.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2023.

**2.1. Base de mensuração**

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e Equivalente de Caixa (notas 3.3 e 4.2.1).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (notas 3.4.1 e 5.2).
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (notas 3.4.2 e 5.2).
- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5.4).
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.12 e 16).

**2.2. Moeda funcional e de apresentação**

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações financeiras são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma.

**3. Resumo das principais práticas contábeis**

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

**3.1. Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

- A receita com títulos de capitalização de pagamento único é registrada integralmente quando da emissão dos respectivos títulos.
- A receita com títulos de capitalização de pagamento mensal é registrada conforme abaixo:
- Primeira mensalidade quando da respectiva emissão;
- Demais mensalidades quando do efetivo recebimento.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "Custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito do diferimento quando aplicável.

**3.2. Balanço patrimonial**

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante, o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

**3.3. Caixa e equivalentes de caixa**

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

**3.4. Instrumentos financeiros**

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os Pronunciamentos Técnicos nºs 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC, dado que a SUSEP ainda não aprovou a nova versão da norma de Instrumentos Financeiros, o CPC 48. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

**3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justo de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação com mensuração baseada no preço de mercado dos ativos e suas variações são reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os derivativos são classificados no ativo circulante "Recebíveis" ou no passivo circulante "Contas a pagar", sendo compostos por opções e contratos futuros.

**3.4.2. Disponíveis para a venda**

Os instrumentos financeiros disponíveis para a venda são contabilizados a valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e reconhecidos no resultado. As oscilações no valor de mercado dos instrumentos financeiros ainda em poder da Companhia, são registradas contabilmente em conta própria do patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários, e as contrapartidas são refletidas em resultados abrangentes. Quando os instrumentos financeiros são realizados ou seus valores recuperáveis apresentam redução, a apropriação é feita diretamente no resultado, em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido.

Esses instrumentos financeiros, como determina a norma, são categorizados por exclusão, pois não se enquadram na definição das categorias mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento ou empréstimos e recebíveis.

**3.4.3. Mantidos até o vencimento**

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria possuem pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e são contabilizados pelo custo amortizado deduzido de qualquer perda. São aqueles que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

**3.4.4. Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas "Crédito das operações"; "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber", com recebimento fixo ou determináveis e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

**3.5. Depósitos judiciais e fiscais**

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

**3.6. Arrendamentos mercantis**

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica "Ativo de direito de uso", pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao "Passivo de arrendamento", segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um *spread* de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um *rating* sintético para as seguradoras, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco:

- Utilizamos como *rating*, um grau de investimento para o Grupo Icatu, para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA.
- Utilizamos o *Capital Rate* do imóvel da matriz como *spread*.
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato.

Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

**3.7. Intangível**

Os ativos intangíveis são registrados inicialmente, pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados ao longo da sua vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo.

A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil de cinco anos, à taxa de 20% a.a., para os gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares de uso interno e os contratos de direito de exclusividade para a comercialização de produtos nos canais de parcerias, são amortizados de acordo com a vigência prevista em contrato, que hoje está entre cinco e vinte anos (5% a 20% ao ano). Os gastos subsequentes são capitalizados apenas quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como "mudanças de estimativas contábeis". A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da venda de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da negociação e o seu valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos amortização) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, na rubrica "Resultado Patrimonial", no momento da baixa do ativo.

**3.8. Redução ao valor recuperável**

**3.8.1. Ativos financeiros**

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período.

**3.8.2. Ativos não financeiros**

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

**3.9. Benefícios a empregados**

Através do plano de contribuição variável a Companhia efetua contribuição fixa para uma entidade ligada (Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado). Onde as contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados, no resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia adota o programa de participação nos lucros e resultados (PLR), como uma das parcelas de remuneração variável e que está condicionada ao atingimento dos indicadores de negócios e a avaliação do desempenho individual dos funcionários. No programa, associamos duas modalidades de incentivos, sendo: (i) incentivo de curto prazo, onde se privilegia entregas diretas e associadas às metas projetadas para o ano e (ii) incentivo de longo prazo, que se refere a uma parcela que compõe a estrutura de remuneração dos executivos, premiando o nível de contribuição individual no crescimento e sustentabilidade do negócio no longo prazo. O programa de longo prazo prevê a remuneração diferida em cinco anos e duração máxima de sete anos. A metodologia utilizada leva em consideração para a remuneração de curto prazo, o Lucro Líquido antes do Imposto (LAIR) e os medidores de eficiência do negócio, estabelecidos para o exercício. A remuneração de longo prazo leva em consideração (i) indexadores de negócios scorecard da Companhia e (ii) variação do patrimônio líquido.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, citando os mais relevantes, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos.

**3.10. Tributos correntes e diferidos**

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

**3.10.1. IRPJ e CSLL diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

**3.11. Provisões judiciais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando. A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial, estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão. Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, o tribunal e a região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

**3.12. Provisões técnicas**

**Provisão matemática para capitalização**

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

**Provisão para distribuição de bônus**

A provisão é constituída para a distribuição dos bônus ainda não devidos, quando previstos, considerando a cota de bônus e acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção do plano aprovado.

**Provisão para resgates**

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do cálculo, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

**Provisão para sorteios a realizar**

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, considerando a cota de sorteio prevista no plano, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

**Provisão de sorteios a pagar**

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do cálculo, atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

**Provisão para despesas administrativas**

A provisão corresponde a diferença ente o valor presente esperado das parcelas referentes aos carregamentos dos pagamentos futuros dos títulos e o valor presente esperado das despesas administrativas futuras, e será constituída quando o resultado da diferença for negativo. A metodologia considera todos os títulos ativos vigentes na data-base do cálculo.

**Prescrição de títulos**

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. Em regra, os títulos são prescritos em 5 anos. Porém, para casos específicos, a Companhia concedeu a prorrogação do prazo de prescrição por mais 5 anos.

**3.13. Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP)**

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no Estatuto Social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios. Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações como uma redução do Patrimônio Líquido.

**3.14. Estimativas**

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: Valor recuperável dos instrumentos financeiros (nota 5) que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários (nota 7), cálculo das provisões técnicas de capitalização (nota 14), valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (nota 15), bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos. O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

**3.15. Novas normas contábeis ainda não adotadas**

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações:

**3.15.1. CPC 48 – Instrumentos financeiros**

O CPC 48 estabelece novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratos, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*.

A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 até a data efetiva do CPC 50.

**4. Gestão de risco**

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização, entre outros.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CNSP 416, de 20 de julho de 2021, tem como finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. Os desvios desses objetivos são mapeados como riscos e suas principais categorias são riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico e de subscrição. Para executar sua função, o Grupo Icatu nomeia o gestor responsável pelos controles internos como figura central de todo o processo e como o responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, bem como pela emissão de relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria, da diretoria e do conselho de administração, através de atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

O gestor organiza as suas atividades em ciclos de gestão de riscos, que são constituídos em etapas, sendo elas identificação, mensuração, manutenção, tratamento de riscos e monitoramento. Tais mapeamentos e análises são consolidados no perfil de riscos corporativos. Como forma de tratar os itens mapeados no perfil de riscos, o Grupo Icatu adota o sistema de controles internos que é composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis por mitigá-los.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das Companhias do Grupo Icatu estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira e segunda linha, conforme melhor explicado abaixo:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços da Companhia, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.
- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos da companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia.
- A terceira linha é composta auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser: crítico, severo, moderado e reduzido. O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo Icatu Seguros está de acordo em assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das mais variadas áreas de negócio ao apetite global da entidade e aos apetites específicos, também formalizados pela entidade.

O apetite a risco global é os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa e formalizados na declaração de apetite de riscos. Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos descrita acima estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é anualmente revisada e aprovada pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

**4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos**

**4.1.1. Principais riscos associados**

**4.1.1.1. Risco de crédito**

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências Fitch, S&P e Moody's. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o *rating* da avaliação mais recente.


**ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.**  
 CNPJ 74.267.170/0001-73

 www.icatuseguros.com.br  
 Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares  
 Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.  
 O monitoramento do risco de crédito é estabelecido por meio de uma análise de ratings e duration que estima uma exposição a perda usando probabilidade de default dos ativos.

**4.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos**

Em 31 de dezembro de 2022, R\$ 1.625.431, correspondentes a 63% (R\$ 1.171.217, correspondentes a 49% em 31 de dezembro de 2021) estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 76.298 (R\$ 462.834 em 31 de dezembro de 2021).

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente, estava assim distribuído na data-base, de acordo com a classificação das agências de rating: Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três.

Rating	31/12/2022			31/12/2021		
	CDB	RDB	Total	CDB	RDB	Total
AA+	29.639	-	29.639	32.154	-	32.154
AA	24.635	40.214	64.849	22.111	22.111	44.222
AA-	10.450	-	10.450	-	-	-
A+	-	-	-	10.208	-	10.208
<b>Total</b>	<b>64.724</b>	<b>40.214</b>	<b>104.938</b>	<b>64.473</b>	<b>22.111</b>	<b>86.584</b>

A redução do volume de aplicações em crédito privado, se deve a estratégia de realizar aplicações nesta categoria de ativos através de fundos de investimentos não exclusivos.

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 777.205 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 684.151 em 31 de dezembro de 2021). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos às suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

**4.1.1.2. Risco de mercado**

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo Value at Risk - VaR, que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

O Grupo Icatu realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

Este indicador representa a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras é elaborada levando em consideração:

(I) O VaR paramétrico: Assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas (EWMA), com fator de decaimento de 0,95.

(II) DV01 (dólar-value for one basis-point): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas as informações de VaR e DV01, para a Companhia:

Fatores de Risco	31/12/2022			31/12/2021				
	DIV-01	EWMA	VaR	Exposi-ção	DIV-01	EWMA	VaR	Exposi-ção
Pré-fixado								
- DI	7	-	2.819	102.311	(58)	0,88	7.574	177.881
Taxa Referencial	-	-	-	(3)	0,90	288	76.315	
IPCA	-	-	12.308	567.249	(537)	0,99	26.718	77.1688
Ações	(265)	-	64	576	-	0,96	4	34

**4.1.1.3. Risco de liquidez**

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrar suas obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação do mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma visão para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do fluxos de receitas e despesas operacionais além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL). Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise.

O monitoramento considera o menor indicador no horizonte de 6 meses do percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	31/12/2022			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	3.025	-	-	3.025
Equivalente de caixa	7.669	-	-	7.669
Aplicações	1.070.650	323.774	1.181.779	2.576.203
Créditos das operações de capitalização	7.299	-	-	7.299
Títulos e créditos a receber	25.779	84.441	-	110.220
<b>Total de ativos</b>	<b>1.114.422</b>	<b>418.964</b>	<b>1.181.779</b>	<b>2.715.165</b>
Contas a Pagar	45.925	53.003	-	98.928
Provisões técnicas - Capitalização	1.429.874	507.558	487.804	2.425.236
Débitos de operações com capitalização	14.951	-	-	14.951
Depósitos de terceiros	877	2.373	-	3.250
<b>Total de passivos</b>	<b>1.491.627</b>	<b>562.934</b>	<b>487.804</b>	<b>2.542.365</b>

Ativos e passivos	31/12/2021			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	2.969	-	-	2.969
Equivalente de caixa	10.505	-	-	10.505
Aplicações	1.334.415	40.031	997.724	2.372.170
Créditos das operações de capitalização	6.115	-	-	6.115
Títulos e créditos a receber	24.181	86.476	-	110.657
<b>Total de ativos</b>	<b>1.378.185</b>	<b>126.507</b>	<b>997.724</b>	<b>2.502.416</b>
Contas a pagar	38.562	58.814	-	97.376
Provisões técnicas - Capitalização	1.452.831	411.612	397.766	2.262.209
Débitos de operações com capitalização	14.345	-	-	14.345
Depósitos de terceiros	1.667	2.720	-	4.387
<b>Total de passivos</b>	<b>1.507.405</b>	<b>473.146</b>	<b>397.766</b>	<b>2.378.317</b>

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da companhia.

**4.1.1.4. Risco operacional**

O risco operacional é resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal, de compliance e cibernéticos e excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo Icatu e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica à utilizada para os demais riscos. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e ao conselho de administração, se necessário.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas nas companhias elegíveis do Grupo Icatu e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares. Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica do Grupo Icatu, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de Compliance, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de Compliance, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

**4.1.1.5. Risco de subscrição**

O risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação das arrecadações cobradas, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

Em média, os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazo. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuárias para realizar a gestão dos riscos envolvidos.

- **Risco de sorteio:** Implica na possibilidade de concentração de risco indevido na comercialização de série aberta que, em caso de premiação, pode impactar a saúde financeira da Companhia;
- **Risco de persistência:** Implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título e;
- **Risco da garantia de rentabilidade:** Implica no cumprimento das obrigações da Companhia em relação a garantia de rentabilidade prevista em contrato;

Segue demonstração da abertura da carteira:

	31/12/2022								
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado
<b>I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</b>									
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	117.410	1.116.623	15.878	1.249.911	1.249.911	48,37%	49,40%
Nota do tesouro nacional - IPCA	IPCA + 6,04%	-	2.456	-	-	2.456	2.456	0,10%	0,10%
Operações compromissadas	SELIC	-	68.629	-	-	68.629	68.629	2,66%	2,71%
Outras aplicações		61	(456)	-	(12)	(407)	(407)	(0,02%)	(0,02%)
Letras do tesouro nacional		0,12%	-	-	18.591	18.591	18.591	0,72%	0,73%
Recibo de depósito bancário	CDI + 0,24%	-	40.214	-	-	40.214	40.214	1,56%	1,59%
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos		777.612	-	-	-	777.612	777.612	30,09%	30,73%
<b>Certificados de depósitos bancários a prazo - CDB</b>		-	<b>64.724</b>	-	-	<b>64.724</b>	<b>64.724</b>	<b>2,50%</b>	<b>2,56%</b>
Certificados de depósitos bancários a prazo - CDB - CDI	100% do CDI	-	24.635	-	-	24.635	24.635	0,95%	0,97%
Certificados de depósitos bancários a prazo - CDB - SELIC	SELIC	-	40.084	-	-	40.084	40.084	1,55%	1,58%
Bloqueio judicial - CDB	SELIC	-	5	-	-	5	5	0,00%	0,00%
<b>Total</b>		<b>777.673</b>	<b>292.977</b>	<b>1.135.214</b>	<b>15.866</b>	<b>2.221.730</b>	<b>2.221.730</b>	<b>85,98%</b>	<b>87,80%</b>
<b>I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado - equivalente de caixa:</b>									
Operações compromissadas		-	7.669	-	-	7.669	7.669	0,30%	0,30%
<b>Total</b>		-	<b>7.669</b>	-	-	<b>7.669</b>	<b>7.669</b>	<b>0,30%</b>	<b>0,30%</b>
<b>II. Títulos disponíveis para venda:</b>									
Quotas de fundos de investimento - exclusivos									
Notas do tesouro nacional - IPCA		-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Notas do tesouro nacional - PRÉ	7,13%	-	-	19.443	-	19.443	19.443	0,75%	0,77%
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	-	55.440	-	55.440	55.440	2,15%	2,19%
<b>Total</b>		-	-	<b>74.883</b>	-	<b>74.883</b>	<b>74.883</b>	<b>2,90%</b>	<b>2,96%</b>
<b>III. Mantido até o vencimento:</b>									
Quotas de fundos de investimento - exclusivos									
Notas do tesouro nacional - IPCA	IPCA + 4,49%	-	-	183.258	-	183.258	145.371	7,09%	5,75%
Notas do tesouro nacional - PRÉ	6,65%	-	-	96.332	-	96.332	80.688	3,73%	3,19%
<b>Total</b>		-	-	<b>96.332</b>	<b>183.258</b>	<b>279.590</b>	<b>226.059</b>	<b>10,82%</b>	<b>9,00%</b>
<b>Total das aplicações financeiras</b>		<b>777.673</b>	<b>300.646</b>	<b>1.306.429</b>	<b>199.124</b>	<b>2.583.872</b>	<b>2.530.341</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
<b>Circulante</b>							<b>2.229.394</b>		
<b>Não circulante</b>							<b>354.478</b>		

	31/12/2021								
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado
<b>I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</b>									
Notas do tesouro nacional - IPCA	IPCA+2,38%	-	5.192	-	-	5.192	5.192	0,22%	0,22%
Notas do tesouro nacional - PRÉ	6,57%	-	-	28.188	-	28.188	28.188	1,18%	1,20%
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	128.270	386.471	25.753	540.494	540.494	22,68%	23,03%
Operações compromissadas	SELIC	-	452.329	-	-	452.329	452.329	18,98%	19,27%
Outros		55	12.403	-	-	12.458	12.458	0,52%	0,53%
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos		671.693	-	-	-	671.693	671.693	28,19%	28,62%
<b>Certificados de depósitos bancários a prazo - CDB</b>		-	<b>64.473</b>	-	-	<b>64.473</b>	<b>64.473</b>	<b>2,71%</b>	<b>2,75%</b>
Certificados de depósitos bancários a prazo - CDB - CDI	100% do CDI	-	24.119	-	-	24.119	24.119	1,01%	1,03%
Certificados de depósitos bancários a prazo - CDB - SELIC	SELIC	-	40.351	-	-	40.351	40.351	1,69%	1,72%
Bloqueio judicial - CDB	SELIC	-	5	-	-	5	5	0,00%	0,00%
<b>Total</b>		<b>671.748</b>	<b>662.667</b>	<b>414.659</b>	<b>25.753</b>	<b>1.774.827</b>	<b>1.774.827</b>	<b>74,49%</b>	<b>75,61%</b>
<b>I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado - equivalente de caixa:</b>									
Operações compromissadas		-	10.505	-	-	10.505	10.505	0,44%	0,45%
<b>Total</b>		-	<b>10.505</b>	-	-	<b>10.505</b>	<b>10.505</b>	<b>0,44%</b>	<b>0,45%</b>
<b>II. Títulos disponíveis para venda:</b>									
Quotas de fundos de investimento - exclusivos									
Notas do tesouro nacional - IPCA	IPCA+5,68%	-	-	-	233.954	233.954	233.954	9,82%	9,97%
Notas do tesouro nacional - PRÉ	7,16%	-	-	-	25.595	25.595	25.595	1,07%	1,09%
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	-	26.975	38.671	65.646	65.646	2,76%	2,80%
<b>Total</b>		-	-	<b>26.975</b>	<b>298.220</b>	<b>325.195</b>	<b>325.195</b>	<b>13,65%</b>	<b>13,85%</b>
<b>III. Mantido até o vencimento:</b>									
Quotas de fundos de investimento - exclusivos									
Notas do tesouro nacional - IPCA	IPCA+4,49%	-	-	-	173.830	173.830	151.746	7,30%	6,46%
Notas do tesouro nacional - PRÉ	6,65%	-	-	-	98.318	98.318	84.974	4,13%	3,62%
<b>Total</b>		-	-	-	<b>272.148</b>	<b>272.148</b>	<b>236.720</b>	<b>11,42%</b>	<b>10,09%</b>
<b>Total das aplicações financeiras</b>		<b>671.748</b>	<b>673.172</b>	<b>441.634</b>	<b>596.121</b>	<b>2.382.675</b>	<b>2.347.247</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**5.2. Movimentação dos instrumentos financeiros por categorias**

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
<b>Saldo final em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>1.349.672</b>	<b>39</b>		



**ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.**  
CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br  
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares  
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

	31/12/2021		
	Nível 01	Nível 02	Total
<b>I. Títulos mensurados ao valor justo</b>			
<b>por meio de resultado:</b>	<b>1.036.708</b>	<b>748.624</b>	<b>1.785.332</b>
Notas do tesouro nacional	33.380	-	33.380
Letras financeiras do tesouro	540.494	-	540.494
Operações compromissadas	462.834	-	462.834
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB	-	64.473	64.473
Fundos de investimento não exclusivos	-	671.693	671.693
SWAP	-	12.851	12.851
Outras aplicações	-	(393)	(393)
<b>II. Títulos disponíveis para venda:</b>	<b>275.547</b>	<b>49.648</b>	<b>325.195</b>
Letras financeiras do tesouro	65.646	-	65.646
Notas do tesouro nacional	209.901	49.648	259.549
<b>III. Mantido até o vencimento:</b>	<b>272.148</b>	<b>-</b>	<b>272.148</b>
Notas do tesouro nacional	272.148	-	272.148
<b>Total (I + II + III)</b>	<b>1.584.403</b>	<b>798.272</b>	<b>2.382.675</b>

**5.4. Instrumentos financeiros derivativos**  
Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e SWAP contratados em mercado de balcão organizado:

31/12/2022					
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) Total
D11	Vendido	02/01/2023	CDI	7	699
D11	Comprado	03/04/2023	CDI	5	484
D11	Vendido	03/07/2023	CDI	8	750
D11	Vendido	02/01/2024	CDI	4	353
D11	Vendido	01/07/2024	CDI	73	6.086
D11	Vendido	01/10/2024	CDI	79	6.397
D11	Vendido	02/01/2025	CDI	40	3.150
D11	Comprado	01/07/2025	CDI	33	2.457
D11	Vendido	02/01/2026	CDI	90	6.301
D11	Comprado	04/01/2027	CDI	9	560
D11	Comprado	02/01/2029	CDI	2	98

31/12/2021					
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) Total
D11	Vendido	03/07/2023	CDI	7	595
D11	Comprado	01/07/2024	CDI	64	4.962
D11	Vendido	02/01/2025	CDI	31	2.291
D11	Vendido	01/07/2022	CDI	62	5.878
D11	Comprado	02/01/2023	CDI	3	268
D11	Comprado	04/01/2027	CDI	1	60
D11	Vendido	02/01/2024	CDI	25	2.032

SWAP							
Data de aquisição	Vencimento	Indexador passivo	Indexador ativo	Valor inicial em R\$ mil	Valor ativo em R\$ mil	Valor passivo em R\$ mil	Apropriação acumulada em R\$ mil
31/mar/17	jun/22	CDI	TR	50.000	76.315	63.464	12.851

**6. Outros créditos operacionais**

Registra os pagamentos das obrigações operacionais, ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R\$ 6.906 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 23.224 em 31 de dezembro de 2021). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

**7. Créditos a receber**

Registra os recebimentos referentes a reembolsos de custos administrativos, apurados mensalmente, no valor de R\$ 2.907 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.754 em 31 de dezembro de 2021). Os valores são pagos no mês subsequente ao registro contábil.

**8. Créditos tributários e previdenciários**

**8.1. Impostos a recuperar**

Os tributos a recuperar, registrados no ativo circulante, são compostos por tributos passíveis de restituição e/ou compensação para pagamentos de curto prazo, como a seguir:

Ativo circulante	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda	9.980	9.233
Contribuição social	10.298	10.298
COFINS	1.373	1.373
PIS	245	245
Outros	-	51
<b>Total de Créditos Fiscais</b>	<b>21.896</b>	<b>21.200</b>

**8.2. Tributos diferidos**

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento "CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro".

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica "Créditos tributários e previdenciários":

Ativo - não circulante	01/01/2021	Consti- tuição	Realização/ reversão	31/12/2021	Consti- tuição	Realização/ reversão	31/12/2022
<b>Imposto de renda diferido</b>	<b>33.022</b>	<b>44.126</b>	<b>(52.485)</b>	<b>24.663</b>	<b>30.768</b>	<b>(27.413)</b>	<b>28.018</b>
Ativo - diferenças temporárias	16.716	21.980	(22.722)	15.974	13.366	(10.148)	19.192
Passivo - ajuste de TVM	(319)	10.006	(9.687)	-	10.294	(9.532)	762
Prejuízos fiscais	16.625	12.140	(20.076)	8.689	7.108	(7.733)	8.064
<b>Contribuição social diferida</b>	<b>14.278</b>	<b>33.779</b>	<b>(36.000)</b>	<b>12.057</b>	<b>16.468</b>	<b>(16.139)</b>	<b>12.386</b>
Ativo - diferenças temporárias	10.030	13.187	(13.633)	9.584	8.019	(6.088)	11.515
Passivo - ajuste de TVM	(192)	6.004	(5.812)	-	6.176	(5.719)	457
Base negativa	4.440	14.588	(16.555)	2.473	2.273	(4.332)	414
<b>Total</b>	<b>47.300</b>	<b>77.905</b>	<b>(88.485)</b>	<b>36.720</b>	<b>47.236</b>	<b>(43.552)</b>	<b>40.404</b>

Passivo - não circulante	01/01/2021	Consti- tuição	Realização/ reversão	31/12/2021	Consti- tuição	Realização/ reversão	31/12/2022
<b>Imposto de renda diferido</b>	<b>-</b>	<b>6.800</b>	<b>(378)</b>	<b>6.422</b>	<b>106.517</b>	<b>(102.190)</b>	<b>10.749</b>
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	-	1.665	(378)	1.287	-	(1.287)	-
IR debêntures incentivadas	-	5.135	-	5.135	106.517	(100.903)	10.749
<b>Contribuição social diferido</b>	<b>-</b>	<b>999</b>	<b>(227)</b>	<b>772</b>	<b>-</b>	<b>(772)</b>	<b>-</b>
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	-	999	(227)	772	-	(772)	-
<b>Total de débitos fiscais diferidos</b>	<b>-</b>	<b>7.799</b>	<b>(605)</b>	<b>7.194</b>	<b>106.517</b>	<b>(102.962)</b>	<b>10.749</b>
<b>Total de créditos e débitos diferidos</b>	<b>47.300</b>	<b>70.106</b>	<b>(87.880)</b>	<b>29.526</b>	<b>(59.281)</b>	<b>59.410</b>	<b>29.655</b>

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, provisões de PIS e COFINS diferidos, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1.115, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 16% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.

Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando que a projeção de resultados aponta para a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa contabilizados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

Diferenças temporárias - 2022 a 2032		
Ano	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022
2022	5.148	0%
2023	921	3%
2024	1.228	4%
2025	921	3%
2026	1.228	4%
2027	2.149	7%
2028	2.764	9%
2029 a 2032	21.496	70%
<b>Total</b>	<b>30.707</b>	<b>100,00%</b>

(\* 2022 não compõe o total das diferenças temporárias.

Prejuízo fiscal e base negativa			
Não circulante	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ reversão	Saldo em 31/12/2022
Prejuízo fiscal	8.689	(625)	8.064
Base negativa	2.473	(2.059)	414
<b>Total</b>	<b>11.162</b>	<b>(2.684)</b>	<b>8.478</b>

Prejuízo fiscal e base negativa - 2023 a 2024		
Ano	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022
2023	4.091	48,25%
2024	4.387	51,75%
<b>Total</b>	<b>8.478</b>	<b>100,00%</b>

A seguir, as composições das diferenças temporárias:

Imposto de renda/contribuição social		
	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de títulos a pagar - prescrição	1.048	1.395
Contingências trabalhistas	599	784
Contingências cíveis	2.301	2.640
Contingências fiscais	1.069	982
INSS s/aviso prévio - exigibilidade suspensa	492	492
Redução a valor recuperável	-	1.397
Outras provisões	14.157	7.168
Fundo de marketing	371	803
Atualização depósito judicial	(18.567)	(14.347)
Participação nos lucros e resultados	32.386	23.280
COFINS exigibilidade suspensa	36.830	33.728
PIS exigibilidade suspensa	6.083	5.574
<b>Total das provisões temporárias</b>	<b>76.769</b>	<b>63.896</b>
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	19.192	15.974
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	11.515	9.584
<b>Total</b>	<b>30.707</b>	<b>25.558</b>

9. Diferimento de Aquisição dos Custos - DAC			
	31/12/2021	Consti- tuições	Amorti- zações
Custo de Aquisição			
Diferido - DAC	22.652	36.002	(27.076)
<b>Total</b>	<b>22.652</b>	<b>36.002</b>	<b>(27.076)</b>

**10. Outros valores e bens - Direito de uso**  
Composto pelo ativo de arrendamento, conforme nota 3.6. A movimentação está apresentada a seguir:

Ativo	31/12/2021	Depreciação / movimentação	31/12/2022
Circulante - Imóvel	629	3.133	3.762
<b>Total</b>	<b>629</b>	<b>3.133</b>	<b>3.762</b>

Passivo	31/12/2021	Depreciação / movimentação	31/12/2022
Circulante - Imóvel	346	477	823
Não circulante - Imóvel	-	2.965	2.965
<b>Total</b>	<b>346</b>	<b>3.442</b>	<b>3.788</b>

Arrendamentos a pagar		
	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamentos a pagar	3.996	346
Juros de arrendamento	(208)	-
<b>Total</b>	<b>3.788</b>	<b>346</b>

11. Intangível			
	Taxa anual de amorti- zação	Adições	Amorti- zação
Desenvolvidos internamente	19.403	47.773	(33.122)
Marcas e patentes	0%	111	-
Sistemas de computação	20%	19.292	47.773
Adquiridos de terceiros	20.025	22	(9.455)
Sistemas aplicados	20%	2.121	22
Balcão de vendas (a) (b)	-	9.719	-
Resultado na transferência (de carteira (c))	8.185	-	(1.002)
<b>Total</b>	<b>39.428</b>	<b>47.795</b>	<b>(42.577)</b>

Taxa anual de amorti- zação					
	01/01/2021	Adições	Baixas	Amorti- zação	31/12/2021
<b>Desenvolvidos internamente</b>	<b>11.074</b>	<b>10.809</b>	<b>(1.875)</b>	<b>(605)</b>	<b>19.403</b>
Marcas e patentes	0%	111	-	-	111
Sistemas de computação	20%	10.963	10.809	(1.875)	19.292
<b>Adquiridos de terceiros</b>	<b>23.755</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>(3.733)</b>	<b>20.025</b>
Sistemas aplicados	20%	3.041	3	(923)	2.121
Balcão de vendas (a)	-	11.527	-	(1.808)	9.719
Resultado na transferência (de carteira (c))	9.187	-	-	(1.002)	8.185
<b>Total</b>	<b>34.829</b>	<b>10.812</b>	<b>(1.875)</b>	<b>(4.338)</b>	<b>39.428</b>

(a) Balcão de Venda registra o valor pago pela compra do direito de comercialização em caráter de exclusividade, de produtos de capitalização nos canais de distribuição de Parceiras. Amortizado de acordo com o prazo de vigência do contrato que é de 5 anos com o Banestes;

(b) Venda do balcão do Banestes para a sua controladora Icatu Seguros S.A. em 27 de junho de 2022; e

(c) O ágio resultando da aquisição da carteira da Sulacap no valor de 10 MM será amortizado de acordo com o prazo médio restante de vigência dos títulos transferidos.

12. Obrigações a pagar			
	31/12/2022	31/12/2021	
<b>Passivo circulante</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	
Fornecedores a pagar	5	67	
Participações nos lucros a pagar	20.696	9.362	
Obrigações transitórias - resgates e sorteios	4	596	
Ratêio de despesas administrativas a pagar	-	5.233	
Outras obrigações	4.577	3.871	
<b>Total do circulante</b>	<b>25.282</b>	<b>19.129</b>	

Passivo não circulante		
	31/12/2022	31/12/2021
Participações nos lucros a pagar	10.090	12.318
<b>Total do não circulante</b>	<b>10.090</b>	<b>12.318</b>
<b>Total</b>	<b>35.372</b>	<b>31.447</b>

**13. Encargos trabalhistas**  
Registra os pagamentos das obrigações trabalhistas e encargos de folha de pagamento, no valor de R\$ 13.487 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 11.383 em 31 de dezembro de 2021). Os valores são liquidados no mês subsequente ao registro da emissão das guias e encargos.

**14. Débito das operações de capitalização**  
Os débitos das operações de capitalização estão classificados no passivo circulante e são compostos pelos valores a pagar de comissões e débitos relacionados a comercialização de produtos de capitalização.

	31/12/2022	31/12/2021
Excedente financeiro	10.800	7.660
Comissões e pró-l		


**ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.**  
CNPJ 74.267.170/0001-73

 www.icatuseguros.com.br  
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares  
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

**18.2. Outras contas a pagar - obrigações fiscais**

No grupo "Outras contas a pagar" são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldo em 31/12/2022
COFINS	33.728	437	2.665	-	36.830
PIS	5.574	71	438	-	6.083
<b>Total - Obrigações fiscais</b>	<b>39.302</b>	<b>508</b>	<b>3.103</b>	<b>-</b>	<b>42.913</b>
	Saldo em 01/01/2021	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldo em 31/12/2021
Contribuição social	30.451	-	394	(30.845)	-
COFINS	30.882	2.015	831	-	33.728
PIS	6.476	327	147	(1.376)	5.574
<b>Total - Obrigações fiscais</b>	<b>67.809</b>	<b>2.342</b>	<b>1.372</b>	<b>(32.221)</b>	<b>39.302</b>

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Majoração de alíquota (a)	6.669	5.985	41.375	36.830	48.044	42.815
Alargamento da base (b)	102	98	-	-	102	98
<b>Saldo total 31/12/2022</b>	<b>6.771</b>	<b>6.083</b>	<b>41.375</b>	<b>36.830</b>	<b>48.146</b>	<b>42.913</b>

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Majoração de alíquota (a)	6.895	5.481	36.697	33.728	43.592	39.209
Alargamento da base (b)	97	93	-	-	97	93
<b>Saldo total 31/12/2021</b>	<b>6.992</b>	<b>5.574</b>	<b>36.697</b>	<b>33.728</b>	<b>43.689</b>	<b>39.302</b>

(a) PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014;

(b) PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de jul/97 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997 e PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

**18.3. Depósitos judiciais e fiscais**

Estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue. Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	313	317
Trabalhistas	290	284
Fiscais	54.183	49.155
<b>Total depósitos judiciais</b>	<b>54.786</b>	<b>49.756</b>

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	49.155	80.264
Adições	834	2.181
Baixas	-	(35.135)
Atualização monetária	4.194	1.845
<b>Saldo final</b>	<b>54.183</b>	<b>49.155</b>

**19. Patrimônio líquido**
**19.1. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2022, o capital subscrito e integralizado de R\$ 201.484 (R\$ 191.484 em 31 de dezembro de 2021) é representado por 800.894.586 ações ordinárias (790.894.586 em 31 de dezembro de 2021).

**19.2. Reservas de lucros**

Em 31 de dezembro de 2022, as reservas de lucros são R\$ 39.948 (R\$ 11.025 em 31 de dezembro de 2021).

**19.3. Política de distribuição de dividendos**

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A distribuição dos resultados de 2022 e de 2021, aconteceram como apresentado a seguir:

	2022	2021
Lucro líquido no ano	28.923	25.254
Constituição de reserva legal	(1.446)	(551)
<b>Base para distribuição de dividendos</b>	<b>27.477</b>	<b>24.703</b>
Constituição de reserva especial para dividendos	6.868	10.474
Constituição de reserva de lucros	20.609	-
Compensação de prejuízos com a reserva legal	-	17.297
Compensação de prejuízos com a reserva estatutária	-	832

Na Assembleia Geral Ordinária que ocorrerá em março de 2023, os acionistas irão acionar o Artigo 202, parágrafos 4º e 5º da Lei 6.404 de 1976, para constituírem uma reserva especial de lucros com a retenção de R\$6.869 de dividendos obrigatórios de 2022. Essa retenção tem o objetivo de manter a liquidez e a solvência da Companhia no patamar que a administração entende ser o ideal.

**19.4. Ajuste de avaliação patrimonial**

Nessa rubrica registram - se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de uma perda de R\$ 1.832 (Ganho de R\$ 3.085 em 31 de dezembro de 2021), líquidos dos tributos.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (a) (b)	-	-	(12.740)	(19.125)	23.922	23.696	(11.429)	(20.951)
Icatu Assessoria S.A. (Ligada) (b)	1.427	-	-	-	5.145	5.420	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previd. Ltda. (Ligada) (b)	18	-	-	-	125	292	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Rec. Ltda. (Ligada) (b) (d)	33	-	(86)	(53)	79	162	(774)	(669)
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Coligada) (c)	-	-	-	-	-	-	(3.304)	(1.999)
Vanguardacap Capitalização S.A. (Ligada) (b)	-	-	-	-	-	2	(3)	-
Vanguarda Companhia de Seg. Gerais (Ligada) (b)	-	-	-	-	-	-	(4)	(2)
Itumbiara Participações Ltda. (Ligada) (b)	-	-	-	(28)	-	-	(133)	(119)
Icatu Consultoria de Investimentos S.A. (b)	67	-	-	-	246	-	(11)	(7)
XS4 Capitalização S.A. (Ligada) (e)	-	1.696	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.545</b>	<b>1.696</b>	<b>(12.826)</b>	<b>(19.206)</b>	<b>29.517</b>	<b>29.572</b>	<b>(15.658)</b>	<b>(23.747)</b>

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

(a) Venda de títulos de capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer aos clientes da Icatu Seguros S.A. uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Icatu Seguros S.A. O registro contábil, em contas de resultado, tem seu efeito líquido registrado no grupo de operações de capitalização.

(b) Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do Grupo Icatu e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;

(c) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela empresa, destinado a proporcionar complementação previdenciária aos seus funcionários;

(d) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.;

(e) Valores referentes ao contas a receber da XS4 Capitalização S.A.

**21. Carregamento**

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

**Conselho de administração**

 Presidente  
Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga  
Conselheiros  
Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga  
Luciano Soares

**Diretoria**

 Diretor-Presidente  
Luciano Snel Corrêa  
Diretores  
Alexandre Petrone Vilardi  
César Luiz Salazar Saut  
Marcio de Moraes Palmeira

**Contador**

 Ivandro de Almeida Oliveira  
CRC RJ 076.168/O-7

**Atuária**

 Lígia de Abreu Sodré Pires  
MIBA nº 1394

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

 Aos Administradores e Acionistas da  
Icatu Capitalização S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**23.2. Resultado com sorteios**

	31/12/2022	31/12/2021
Reversão da provisão para sorteio	82.938	77.685
Constituição da provisão para sorteio	(81.205)	(74.633)
Despesas com títulos sorteados	(83.549)	(72.867)
<b>Total</b>	<b>(81.816)</b>	<b>(69.815)</b>

**23.3. Custo de aquisição - capitalização**

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de corretagem	(86.555)	(77.802)
Despesas de remuneração performance mensal	(5.323)	(3.772)
Despesas de custeamento de vendas	(16.102)	(1.803)
Variável despesa de comercialização diferida	(31.578)	(22.652)
<b>Total</b>	<b>(139.557)</b>	<b>(106.029)</b>

**23.4. Outras receitas e despesas operacionais - capitalização**

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com resgate de título	10.774	10.865
Receita com prescrição de título	35.960	42.471
Despesas com provisões	287	(764)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(29.878)	(31.430)
<b>Total</b>	<b>17.143</b>	<b>21.142</b>

**23.5. Despesas administrativas**

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal próprio	(113.973)	(104.595)
Serviços de terceiros	(20.782)	(18.481)
Localização e funcionamento	(32.988)	(26.942)
Publicidade e propaganda	(3.196)	(5.002)
Outras despesas administrativas	(17.884)	(23.848)
<b>Total</b>	<b>(188.823)</b>	<b>(178.868)</b>

**23.6. Despesas com tributos**

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos	(5.620)	(5.913)
COFINS	(13.367)	(12.663)
PIS	(2.172)	(2.058)
Taxa de fiscalização	(1.527)	(1.340)
Outras despesas com tributos	(264)	(213)
<b>Total</b>	<b>(22.950)</b>	<b>(22.187)</b>

**23.7. Resultado financeiro**

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Categoria - disponível para venda</b>	<b>20.286</b>	<b>10.421</b>
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	20.286	10.421
<b>Categoria - mantido até o vencimento</b>	<b>23.937</b>	<b>116.619</b>
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	23.937	116.619
<b>Categoria - valor justo por meio do resultado</b>	<b>234.614</b>	<b>71.646</b>
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	234.614	71.646
<b>Outras receitas financeiras</b>	<b>5.132</b>	<b>1.040</b>
<b>Total - receitas financeiras</b>	<b>283.969</b>	<b>194.726</b>
<b>Categoria - Valor justo por meio do resultado</b>	<b>(938)</b>	<b>(7.434)</b>
Títulos de renda fixa	(938)	(57)
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	-	(7.377)

**Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização**

	31/12/2022	31/12/2021
Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	(145.328)	(104.512)
Outras despesas financeiras	(6.129)	(2.947)
<b>Total - despesas financeiras</b>	<b>(152.395)</b>	<b>(114.893)</b>
<b>Total</b>	<b>131.574</b>	<b>79.833</b>

**24. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social**

O Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	60.140	60.140	43.876	43.876
Participações nos lucros e resultados	(27.389)	(27.389)	1.879	1.879
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>32.751</b>	<b>32.751</b>	<b>45.755</b>	<b>45.755</b>
<b>Adições</b>	<b>48.385</b>	<b>47.676</b>	<b>40.763</b>	<b>35.397</b>
Adição permanente	126	126	738	738
Doações e patrocínios indedutíveis	-	-	194	194
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	4.461	4.461	4.897	4.897
Outras Provisões	11.151	10.442	16.130	10.764
Participações nos lucros e resultados	29.036	29.036	10.757	10.757
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	3.611	3.611	1.943	1.943
Tributos e contribuições em quest. Judicial	-	-	6.104	6.104
<b>Exclusões</b>	<b>(72.818)</b>	<b>(34.676)</b>	<b>(60.991)</b>	<b>(32.933)</b>
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(4.897)	(4.897)	(3.715)	(3.715)
Outras provisões	(43.771)	(5.629)	(34.340)	(6.282)
Tributos e contribuições em quest. judicial	(4.220)	(4.220)	-	-
Participações nos lucros e resultados	(19.930)	(19.930)	(22.936)	(22.936)
<b>Resultado ajustado</b>	<b>8.318</b>	<b>45.751</b>	<b>21.026</b>	<b>43.719</b>
Compensação prej. fiscal / Base negativa	(2.495)	(13.726)	(6.308)	(13.115)
<b>Lucro após as compensações</b>	<b>5.823</b>	<b>32.025</b>	<b>14.718</b>	<b>30.604</b>
<b>Alíquotas oficiais</b>	<b>15%+10%</b>	<b>15%+10%</b>	<b>15%+10%</b>	<b>15%</b>
<b>Despesas com IRPJ/CSLL</b>	<b>(1.396)</b>	<b>(4.898)</b>	<b>(3.390)</b>	<b>(6.021)</b>
Reversão da provisão de créditos tributários	2.594	(128)	(8.678)	(2.412)
<b>Despesas com IRPJ/CSLL</b>	<b>1.198</b>	<b>(5.026)</b>	<b>(12.068)</b>	<b>(8.433)</b>
<b>Alíquota efetiva - resultado antes dos impostos</b>	<b>4%</b>	<b>15%</b>	<b>27%</b>	<b>19%</b>

Com o fim da vigência da Medida Publica nº 1.115, a alíquota da CSLL passará de 16% para 15% a partir de 1º de janeiro de 2023.



**ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.**  
CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br  
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares  
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade

Contador CRC RJ-086312/O-6



#### Parecer dos atuários independentes

Aos Administradores e Acionistas da

**Icatu Capitalização S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

#### Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Icatu Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

#### Responsabilidade da Administração

A Administração da Icatu Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no

que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Icatu Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

#### Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Icatu Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

#### Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre

amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023.

Joel Garcia

Atuário MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48

CNPJ: 02.668.801/0002-36

R. do Passeio, nº 38

20021-290

Rio de Janeiro - RJ - Brasil



#### Anexo I

##### Icatu Capitalização (Em milhares de reais)

	31/12/2022
<b>1. Provisões Técnicas</b>	
<b>Total de provisões técnicas auditadas</b>	<b>2.425.236</b>
<b>2. Demonstrativo do Capital Mínimo</b>	<b>31/12/2022</b>
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	89.114
<b>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</b>	<b>89.114</b>
<b>3. Demonstrativo da Solvência</b>	<b>31/12/2022</b>
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	113.053
Ajustes Econômicos do PLA	-25.021
Exigência de Capital (CMR) (b)	89.114
<b>Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)</b>	<b>23.939</b>
Ativos Garantidores (d)	2.530.341
Total a ser Coberto (e)	2.425.236
<b>Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)</b>	<b>105.105</b>

# Formulário de Referência

Input de dados no sistema Empresas.NET

Upload das informações na plataforma CVM



www.luzcm.com



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/513D-055B-33CD-8E78> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 513D-055B-33CD-8E78



### Hash do Documento

6EA6E29D6C538783300F321054212BE4A7CA0CE1E5B7FFAFD2A9F42D4DB42849

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/02/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em  
25/02/2023 21:47 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -  
33.270.067/0001-03

